

Ata nº03/2024

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e quinze minutos e término às treze horas e dez minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2024; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE PROPOSTA N.º 42/GAPV/2024; -----

PONTO 4 - APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DAS MINUTAS DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO CONJUNTO DE BENS, IMÓVEIS E TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO, MINUTAS DE ADITAMENTO AOS CONTRATOS CELEBRADOS EM 2011 E MINUTA DE ACORDO DE REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 1996, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. PROPOSTA N.º 52/GAPV/2024; -----

PONTO 5 - APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2023. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 25/DGF/2024; -----

PONTO 6 - PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS DE TERCEIROS AO MUNICÍPIO PROVENIENTES DE TAXAS E OUTROS TRIBUTOS – PRESCRIÇÃO – REGIME GERAL DE TAXAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 23/DGF/2024; -----

PONTO 7 - DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. PROPOSTA N.º 62/GAPV/2024; -----

PONTO 8 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA N.º 64/GAPV/2024; -----

PONTO 9 - 1.ª ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA N.º 61/GAPV/2024; -----

PONTO 10 - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL. QUADRO SÍNTESE DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS. MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. PROPOSTA N.º 48/GAPV/2024; -----

PONTO 11 - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL. QUADRO SÍNTESE DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS. MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. PROPOSTA N.º 58/GAPV/2024; -----

PONTO 12 - ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES – ALTERAÇÃO E AFETAÇÃO/REAFETAÇÃO DOS TRABALHADORES AO MAPA DE PESSOAL. DESPACHO N.º



35/GAPV/2024; -----

PONTO 13 - ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO. PROPOSTA N.º 55/GAPV/2024; -----

PONTO 14 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ECONOMIA/GESTÃO; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE PSICOLOGIA; 2 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL/ CIÊNCIAS SOCIAIS, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO EM VIGOR, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA ALOCAR AO PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL “CLDS 5G”. PROPOSTA N.º 53/GAPV/2024; -----

PONTO 15 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO (CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º/2.º/3.º GRAU). PROPOSTA N.º 66/GAPV/2024; -----

PONTO 16 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES. PROPOSTA N.º 51/GAPV/2024; -----

PONTO 17 - ANÁLISE DO 5º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE METALOME, LDA. - INFORMAÇÃO Nº17/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

PONTO 18 – ANÁLISE DO 1º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO INDUSTRIAL”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE MALLAT, LDA. - INFORMAÇÃO Nº18/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

PONTO 19 - APRECIAÇÃO DOS 3.º E 4.º PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DOS 10.º E 11.º RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” DA SOCIEDADE “SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA.” – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº19/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

PONTO 20 - ANÁLISE DO 11.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. - INFORMAÇÃO Nº16/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

PONTO 21 – LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA CARGAS E DESCARGAS – NA ALAMEDA DE TRAJANO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 279/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 372/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/05/2024; -----

PONTO 22 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NAS LOCALIDADES DE VILARELHO DA RAIA, VILARINHO DA RAIA E VILA MEÃ – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - PROCESSO Nº 351/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 402/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/05/2024; -----

PONTO 23 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, NO ACESSO DA MORADIA COM O N.º 131 – NA AVENIDA DOM JOÃO I, NA FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES,



PROCESSO Nº 354/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 414/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/05/2024; -----

PONTO 24 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NAS POVOAÇÕES DE OUCIDRES E VILAR DE ISEU, FREGUESIA DO PLANALTO DE MONFORTE, – PROCESSO Nº 319/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 392/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 21/05/2024; -----

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA EM 534, NA LOCALIDADE DA PASTORIA – FREGUESIA DE REDONDELO - PROCESSO Nº 355/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 416/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/05/2024; -----

PONTO 26 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA ESTRADA DAS ANTAS, NA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, PROCESSO Nº 363/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 431/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/05/2024. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves, -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho, José Carlos Carvalho Fernandes e Nuno Miguel Claro da Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmiento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira Gilberto Gomes Alves, Maria Ramos Rodrigues e Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, em representação de Lama de Arcos – Francisco Luís Ramos Morais, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José de Sena Barros, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, em representação da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – Bruno Alexandre Barroso Silva, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago



(União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo PS, Michele Alexandra Rodrigues Costa, pelo PSD, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo PS, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PSD, Maria José Alves Portela, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Anabela Maria Neves Martins, pelo PSD, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo PS, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo PS, e Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, pelo PS, António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS, Francisco António Taveira Ferreira, pelo PSD, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS e Joana Maria Machado Borges, pelo PS. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto. -----

Registou-se o seguinte pedido de suspensão de mandato do Deputado da Assembleia Municipal: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo PSD. -----

Faltaram: -----

Grupo Municipal do PSD: Isaura das Dores Gomes de Sousa; -----

Grupo Municipal do PS: Carolina Rodrigues de S. M. Ferreira e Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz; -----

Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Fernandes; -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges. -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu início à reunião e disse: -----

Vamos dar início a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, temos necessidade de recompor a mesa, pelo facto de a segunda Secretária da Mesa não estar presente, portanto, solicito à senhora Deputada Municipal, Cristina Imaginário que venha ocupar o lugar da 2ª Secretária da Mesa, obviamente, se ninguém da Assembleia Municipal se opuser. -----

Senhor Presidente da Câmara, os meus cumprimentos, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, minhas senhoras, meus senhores, elementos do staff de apoio a esta Assembleia, comunicação social, uma saudação muito especial a todos, vamos dar início a esta reunião ordinária da Assembleia Municipal, no exercício deste ato de democracia que é, de facto, a reunião deste órgão verdadeiramente representativo de todas as forças do Concelho. -----

Passo a palavra, ao 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, que vai dar conhecimento dos convites, expediente e pedidos de substituições que deram entrada no Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Vereadores/Apoio e ao Órgão Deliberativo até à presente data. -----

De seguida, e no uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou a leitura de ofício enviado pelo Membro da Assembleia Municipal, António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues. -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Comendador Altamiro Claro, senhores Secretários da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caros Funcionários da Câmara Municipal de Chaves. -----

Como é do conhecimento público, fui recentemente desafiado a exercer funções à frente de um grupo empresarial do Estado, que aceitei com muita honra e entusiasmo. -----



Com igual honra e entusiasmo fui eleito há quase três anos deputado municipal em Chaves, terra na qual assentam as minhas origens paternas, de muitas gerações. -----

Para ambas as situações tentei e tentarei transpor a minha experiência prévia de vida profissional e política em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas, sem deixar de lado a componente pessoal que sempre me moveu por boas causas. -----

Apesar dos condicionalismos próprios de quem não reside em Chaves e de quem está na oposição, tentei sempre inteirar-me dos desafios e problemas que se colocam às gentes deste concelho, tentando contribuir, de forma empenhada, para colocar este concelho da região do Alto Tâmega numa situação mais bem preparada para fazer face às dificuldades atuais e às inquietações futuras. -----

Fi-lo por dever cívico, por sentido de cidadania, e por impulso pessoal, nunca deixando de vestir a camisola flaviense, que sempre esteve presente na minha vida, desde as vindas em férias com a família, em criança, passando pela assinatura do velho "Notícias de Chaves" durante vários anos, sofrendo à distância pelo Desportivo de Chaves, ou ainda pela atividade profissional que quis o destino que me trouxesse à região, como foi, por exemplo, o projeto de pequenos aproveitamentos hidroagrícolas, de onde saíram algumas barragens, já existentes. -----

Gostava de dar uma palavra de estímulo a todos os autarcas flavienses (Assembleia Municipal, Executivo Camarário e Juntas de Freguesia) que no seu dia-a-dia trabalham em prol de um município e das gentes de Chaves, tentando contribuir para uma região que se deseja cada vez mais sustentável e competitiva, seja a nível social, económico ou ambiental. -----

Ao Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, faço naturalmente votos para que consiga conduzir os destinos do concelho à altura do que os flavienses anseiam e merecem. Da minha parte, agradeço ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal, todas as atenções que tiveram a gentileza de ter para comigo. -----

Permitam-me ainda endereçar uma palavra muito especial de agradecimento ao meu querido amigo Eng.º Francisco Tavares, que se lembrou um dia de me desafiar para este cargo autárquico e que nunca irei esquecer. A sua sabedoria, a sua experiência, mas acima de tudo a sua nobreza de carácter, fizeram com que esse convite fosse para mim um privilégio e uma subida honra. Em seu nome, endereço também a todo o grupo de deputados municipais do PSD/CDS, coligação na qual fui eleito, um muito obrigado por todo o apoio e colaboração. -----

Finalmente, endereço ainda uma palavra de apreço e agradecimento ao universo dos funcionários da Câmara, que tantas vezes, com grande sacrifício pessoal, se entregam a uma das mais nobres atividades que existem, que é a vida autárquica. -----

Espero e desejo que estas palavras não sejam um adeus, mas antes um até sempre. E contem com alguém que estará sempre, na palavra e nas ações, com Chaves! -----

Com amizade, -----

*António Carmona Rodrigues -----
26 de junho de 2024" -----*

Independentemente desta carta que me foi entregue hoje, tinha preparado uma declaração muito curta que desejo se integre à Ata e que diz o seguinte: "Face à comunicação enviada pelo professor Carmona Rodrigues, solicitando a suspensão do seu mandato como Membro desta Assembleia Municipal, em virtude de ter sido nomeado Presidente do Conselho de Administração das Águas de Portugal, SGPS, SA, quero em meu nome pessoal e como Presidente da Assembleia Municipal de Chaves assinalar a forma elevada como sempre assumiu e desempenhou o mandato para o qual foi eleito, apesar de não ter atingido o objetivo principal a que se propunha. O professor Carmona Rodrigues mostrou sempre uma postura construtiva, mesmo quando os assuntos em debate não tinham a sua concordância. Com esta forma de estar privilegiou o debate político, valorizou o papel da Assembleia e contribuiu para o reforço da democracia, mantendo sempre um relacionamento pessoal e institucional exemplar. Formulo votos de muito sucesso no exercício das funções para que foi nomeado, para atingir tal desidrato muito poderá contribuir a sua experiência de mais de 40 anos em que esteve envolvido em diversos projetos importantes, em Portugal e no estrangeiro nomeadamente, nas áreas de recursos hídricos, hidráulica e ambiente. -----

Muito obrigado. -----

Seguidamente, deu-se entrada no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se registado as intervenções dos senhores Deputados: -----



Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara, em vosso nome cumprimento todos os presentes na sala. -----

A minha intervenção é estritamente relacionada com a paz, poderá parecer a alguns desadequada, mas nós vivemos um momento de risco. Primeiro, vivemos um momento de um conflito ou de vários conflitos muito sérios no mundo, um deles na Europa. Segundo, esses conflitos estão a causar morte, destruição, e sofrimento a níveis impensáveis há uns anos atrás. Terceiro, só a pressão dos povos no sentido da paz, do cessar-fogo em todos os conflitos existentes, da negociação com base nas instituições internacionais e envolvendo todas as partes dos conflitos, poderemos evitar que todos estes focos para além do sofrimento tremendo e esmagador que já causaram, possam transformar-se num conflito mundial que é um perigo real e que só se pode combater com discursos a favor da paz, com discursos a favor do cessar-fogo imediato em todos os conflitos, com discurso a favor de negociações. Há demasiados interesses em que as guerras continuem, interesses, desde logo, de toda a indústria de armamento que deve estar a viver o período mais feliz dos seus negócios, interesses em manter poderes instituídos ao longo de anos. O que é importante, é interromper os conflitos na Ucrânia, na Palestina, no Sudão e em todas as zonas, porque não são as guerras que resolvem os conflitos, as guerras causam destruição, morte e sofrimento, há um poema que diz *“entre os vencidos passou-se fome e destruição, mas entre os vencedores também”* ainda por cima, estamos em guerras cujo fim à vista não se avizinha e o que se vê, é destruição, morte. A guerra está a banalizar-se, já ninguém aparentemente se preocupa, ou são os povos de todo o mundo desde a localidade de Chaves, a Lisboa, ao resto da Europa ao resto do mundo, à África, à Ásia a exigir paz ou um dia acordamos com uma terceira guerra mundial em curso e de repente percebemos que andávamos todos muito distraídos, por isso. fica aqui um apelo fortíssimo a que os povos do mundo devem exigir cessar-fogos imediatos em todos os conflitos e negociações com base no direito Internacional e nas instituições internacionais e no respeito pelos povos. -----

É impensável o extermínio que está a acontecer, neste momento, em Gaza, sob todos os pontos de vista. Eu acho que só um monstro pode não ser sensível ao esmagador que é a situação que está a acontecer, fica esse apelo que eu gostava que se transformasse num desafio em defesa da paz a todos os presentes e a toda a sociedade, porque podemos ter surpresas muito desagradáveis nos próximos tempos se os movimentos pela paz não ganharem força e não impuserem soluções aos conflitos que nunca serão soluções militares, tal como a CDU sempre disse. -----
Disse. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor 1º Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores caros e caros Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, trabalhadores, comunicação social se estiver e a todos os presentes, bom dia flavienses. -----

Traz-me aqui a notícia recente da aprovação em comissão parlamentar, designadamente na Comissão de Economia e Obras Públicas e Habitação, na passada sexta-feira a aprovação, dizia eu, da proposta do Partido Socialista de abolição das portagens nas SCUT, é um tema que muito tem mobilizado os flavienses, foi um tema, felizmente, de consenso e de unanimidade neste Órgão, embora não seja ou não pareça sê-lo em termos nacionais, designadamente porque nessa Comissão e também no plenário o PSD e o CDS chumbaram esta proposta e a Iniciativa Liberal, se não estou em erro, absteve-se, não obstante, reunindo o consenso de todas as outras forças partidárias, esta proposta foi aprovada. E ela, a nós flavienses, é-nos muito cara, não só pela A24 que tanto tempo demorou a cá chegar, mas que serve a nós e serve todo o interior, mas também pela A4 que será abrangida. Portanto, congratularmo-nos com esta aprovação que corresponde à manifestação de vontade unânime deste Órgão, é justo dizê-lo, foi também uma vontade sempre expressa e manifesta pelo Executivo Municipal, designadamente pela voz do seu Presidente, Nuno Vaz. Portanto, só nos podemos congratular enquanto flavienses e enquanto transmontanos com esta aprovação e mantermo-nos vigilantes e alerta e deixar o apelo não só a este Órgão mas designadamente também ao senhor Presidente que já aqui citei para que a partir do dia 1/01/2025 esta aprovação se efetive na prática e possamos finalmente transitar sem qualquer custo para o utilizador nestas nossas vias. -----



Muito obrigada. -----

João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhoras e senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social aqui presente. -----

Na última Assembleia Municipal a minha intervenção talvez tivesse sido exaustiva, mas congratulo-me, porque penso que o senhor Presidente da Câmara não se aborreceu pela extensão das minhas intervenções, porque delas tive resposta, valeu a pena, pois uma das questões que eu explanei, foi sobre a estrada Chaves/Montalegre. Referi que tivessem em atenção a mobilidade que aquela estrada tem, nomeadamente, aos peregrinos que diariamente se deslocam ao São Caetano e participam numa festa que atrai uma grande multidão. suscitei que houvesse alguma sensibilidade referente aos passeios, desloquei-me ao local e verifiquei que os passeios estão a ser construídos apenas da parte esquerda, talvez porque a Câmara é de esquerda, não sei, não é? Mas quem desce também é da direita, porque fica do lado direito, portanto, são os dois beneficiados, como é óbvio, não é? Tive o cuidado de fazer a minha parca manutenção no circuito de Chaves e um dia verifiquei que havia falta de lâmpadas, nomeadamente, no parque infantil e em algumas partes da zona pedonal, tive o cuidado de comunicar ao senhor Vereador Nuno Coelho, e os meus parabéns, porque, de facto, aquilo foi de imediato consertado, portanto, os meus parabéns por terem tido em atenção aquilo para o qual eu chamei a atenção. Coloco uma pergunta que é sobre o problema de algum atraso, nomeadamente na manutenção dos jardins desta cidade, verifica-se que há algum atraso na sua manutenção, pois pedia que os senhores tivessem atenção uma vez que esta cidade cada vez tem mais visitantes, são pequenos reparos que eles fazem no quotidiano, também queria dizer ao senhor Presidente que no edifício da Câmara Municipal também precisa que cortem a erva que está no telhado, pois entendo que a erva ali existente não dignifica a nossa cidade, ainda mais sendo um ícone da nossa cidade, há também falhas em algumas zonas que tiveram intervenção, pois parece-me que constava no caderno de encargos, segundo me disseram os senhores fiscais, as grelhas que circundam as árvores, encontram-se quase e na maior parte cheias de ervas e essa parte tem a ver com a parte da limpeza ou com quem de direito, mas penso que é uma falha muito grande, porque se os empreiteiros que ganharam os concursos não cumpriram, naturalmente que devem ser penalizados, porque a empreitada era com esse objetivo. Estamos a chegar ao dia 8 de julho, há por parte da entidade Câmara Municipal atividades para apresentar ao cidadão comum? Porque temos obras em execução, algumas estão concluídas e outras que estão para concluir? Será que nesse dia vamos ter alguma surpresa de obra já concluída? A Câmara Municipal, segundo me foi dito, deu a oportunidade ao PSD para distinguir pessoas do PSD no dia da cidade, sei que vão ser distinguidas três pessoas e três entidades e penso que o merecem pelos trabalhos executados e pela cidadania que têm praticado nesta cidade, portanto, para eles os parabéns e que os medalhados continuem a ser exemplo de cidadania nesta cidade. -----

Muito obrigado, a vida continua. -----

José Pimentel Sarmiento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, senhor Presidente a Assembleia Municipal, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhores Presidentes de Junta, senhoras Presidentes de Junta, comunicação social e todos os funcionários operacionais que dão assistência à nossa Assembleia. -----

Longe de mim, mas digo isto de todo o coração, não era para vir aqui, nem tinha pensado nada vir aqui, mas a senhora Membro desta Assembleia Municipal, Brigitte Gonçalves, do PS, obriga-me a vir aqui e já sabe porquê? Eu sei, enfim, a gente, e costuma-se dizer, a gente tem que trabalhar com as ferramentas que tem, por conseguinte, não devia ser eu a vir aqui, mas pronto, mas eu vou responder à senhora Deputada, já é a segunda vez que vem aqui com um aparato e com um relatório em relação às portagens, eu vou avivar-lhe a memória, os senhores estiveram nove anos no governo, os senhores rejeitaram uma proposta de 50% proposta pelo PSD para eliminar as portagens principalmente no Algarve, os senhores votaram sempre contra, o vosso líder, Pedro Santos, que esteve e que foi o responsável pelas infraestruturas e pelas rodovias do país, nunca fez nada, nunca fez proposta nenhuma e acabou por votar



contra a proposta dos outros partidos que eram todos a favor, de facto, da abolição das portagens. O PSD não era contra a abolição das portagens, era a forma como o Partido Socialista de um momento para o outro e numa medida pré eleitoralista o fez. Nós somos a favor da abolição das portagens, nós tínhamos o nosso método, talvez mais suave, o objetivo era o mesmo, o objetivo era, de facto, eliminar as portagens e continua a ser, e não há ninguém que possa dizer o contrário, aquilo que nós dissemos em campanha eleitoral, vamos assumi-lo, só que tínhamos outra estratégia, não é aquela de vir em campanha eleitoral prometer tudo a todos, pois quando estiveram lá não o fizeram, isso é que é a verdade, pode vir cá da maneira que quiser. Por conseguinte, o vosso líder, volto a dizer, era o responsável precisamente pelas rodovias e pelas portagens, nunca o fez e votou contra e agora já é o todo poderoso no Partido Socialista e acabou por fazer uma proposta que vai contra aquilo que a Aliança Democrática pretendia que era esticar mais um pouco, dado a situação, porque a história das contas certas está muito por dizer e só no final é que se vê as contas certas. -----
Era isso que eu queria dizer e, por conseguinte, pode vir cá outra vez que eu volto cá. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Devo dizer que será um mau princípio que o Período de Antes da Ordem do Dia passe a conceder direitos de resposta e possamos andar aqui nesta troca de galhardetes. Dizer muito sinteticamente que qualquer português sabe bem, que quem é o grande defensor do princípio do utilizador pagador é Partido Social Democrata, quer vossa Excelência aceite ou não aceite, está muita coisa escrita sobre isto! -----
Mais, quando o governo socialista deixou de ser governo, já as portagens nas ex SCUT haviam reduzido em cerca de 60% face ao momento da sua introdução e relembrar que a introdução das portagens nas SCUT, é também responsabilidade de vossas excelências e que fez parte do pacote de negociação de um malfadado Orçamento de Estado em 2011, portanto, estamos conversados acerca de responsabilidades sobre a introdução das portagens e a sua retirada, aliás, se são tão concordantes, pergunto, porque é que o PSD votou contra? Porque é que continua a votar contra? Aliás, porque é que mesmo localmente há incómodos relativamente a este assunto? -----
Portanto, o senhor Membro desta Assembleia até pode vir aqui manifestar a sua opinião, a sua opinião enquanto militante, mas não venha querer convencer-nos que a posição nacional do Partido Social Democrata é aquilo que nunca foi. -----
Tenho dito. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
O Partido Social Democrata até estava de acordo em determinada medida, que, de facto, a eliminação das portagens fosse progressiva, não sobrecarregando o Orçamento Geral do estado e até não sendo injusta para aqueles que não têm carro, porque quem vai pagar a eliminação das portagens na totalidade, vão ser todos e penso que há uma injustiça, porque o dinheiro vai sair do Orçamento Geral do Estado para pagar a manutenção aos proprietários das rodovias e, por conseguinte, tudo isto tem custos. Nós até concordaríamos com a estratégia do Partido Socialista, que vinha até detrás, em progressivamente eliminar até que chegássemos aos 100%, é verdade que o Partido Socialista progressivamente o foi fazendo, mas nunca foi totalmente, porque agora que está fora do governo? O Partido Socialista enquanto foi governo em vez de chegar aos 60% podia ter chegado aos 100% e não foi? -----
Vamos para uma campanha eleitoral, cai um governo e depois aparece uma proposta, nós a partir de agora vamos dar tudo e mais alguma coisa. Isto não é assim, na política não vale tudo, é preciso ter um bocado de ética e de princípios. O Partido Socialista não pode, por muito que a senhora Membro desta Assembleia Municipal venha aqui dizer, que, de facto, foi verdade que o Partido Socialista progressivamente reduziu em 60% as portagens durante os nove anos em que foi governo, também não é menos verdade que os senhores não reduziram os 100%, porque não quiseram, fizeram-no depois, quando o PSD se preparava para apresentar a proposta como apresentou que as eliminaria até 2026, vossas excelências só adiantaram um ano, porque em 2026 a nossa estratégia era precisamente essa, eliminar as portagens na totalidade, era só isso, mais nada, bom dia. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----



Muito bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, comunicação social aqui presente e todo o staff de apoio, muito bom dia. -----

Queria começar por dar uma nota de concordância e de subscrição sobre o conjunto de preocupações evidenciadas pelo senhor Deputado desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizendo que partilho das suas preocupações, partilho dessa visão de risco e de perigo. Percebemos todos que, porventura, estamos a reviver momentos da nossa história mais antiga ou mais longínqua, através da multiplicação de um conjunto de conflitos de média e grande dimensão de natureza bélica que colocam não só em risco e em causa valores fundamentais como é a vida e a dignidade humana e isso percebe-se em muitos territórios, particularmente, na Palestina, na Ucrânia e no Sudão. -----

De facto, era importante que todos os países pudessem sufragar e fortalecer aquilo que são as posições tomadas nos Órgãos mais importantes ao nível político, do direito e defesa internacionais. Nesse contexto, seria importantes que todos os países, todos os cidadãos, todas as organizações pudessem subscrever e fortalecer essa visão, porque se trata de uma visão de paz, uma visão de harmonia, uma visão que deve procurar conciliar aquilo que são muitas vezes os interesses, e os interesses legítimos devem ser conciliados, sendo que os ilegítimos devem ser claramente escamoteados. -----

Portanto, no que diz respeito à minha pessoa, não posso estar mais de acordo com essa visão, a visão da resolução pela via do direito Internacional e do direito das Instituições Internacionais. Por conseguinte, existe, de facto, neste momento, um risco e era importante que todos tomássemos essa consciência crescente e que não negligenciássemos aquilo que muitas vezes são mensagens que nos chegam pela comunicação social de alguma normalidade. Portanto, estas guerras com esta dimensão, com impactos absolutamente avassaladores com milhares e milhares de perdas de pessoas e também com danos irremediáveis, seja físico, seja de cariz mais psicológico, são absolutamente inaceitáveis. -----

Sobre o segundo tema, queria, em primeiro lugar, congratular a decisão tomada na Assembleia da República sobre a abolição das portagens das antigas SCUT, uma velha aspiração de muitos cidadãos, uma velha luta do Partido Socialista. Sob o meu ponto de vista, esta decisão vai ajudar a fortalecer políticas de coesão territorial e social e, em simultâneo, contribuir para a afirmação turística. Portanto, sem grandes considerações, não queria aqui aduzir argumentos político-partidários que eles são mais que conhecidos, mas, sinceramente, quem está de acordo expressa-o e fica alegre e não fica triste nem fica com algum desgosto. Portanto, eu acho que quem é a favor, tem um sorriso na cara e para todos eles um reconhecimento, todos aqueles que são a favor das portagens independentemente das posições que tomaram no passado, daquilo que foi o seu entendimento, para além das dialéticas político-partidárias, estará feliz e eu associo-me a essa felicidade, obrigado. -----

Depois, queria agradecer ao senhor Deputado Municipal, João Rodrigues, do PSD, esta preocupação que tem com o nosso espaço público, com aquilo que são um conjunto de aspetos do espaço público municipal. Nós agradecemos a todos os cidadãos que nos possam reportar e fazer chegar desconformidades, insuficiências, problemas que, naturalmente, acontecem todos os dias, sendo que tal informação contribuirá, certamente, para uma intervenção mais assertiva, apesar de nós sabermos que, em muitos casos, os recursos disponíveis humanos, logísticos e operativos não são de modo idóneo a poder responder de forma imediata, mas, ainda assim, é importante que partilhem com os serviços do Município, com o senhor Presidente, com os senhores Vereadores, enfim, com toda a estrutura para que se possa corrigir algumas das situações que existem, e existem algumas. -----

Queria partilhar, sobre este assunto, um desafio que se coloca sempre no final da primavera e no início do verão, relacionado com alguma pressão popular, cidadã, pelo facto de existir um crescimento significativo da vegetação no perímetro urbano. Percebemos que, normalmente, os fins de primavera e início de verão, sobretudo naqueles em que são mais chuvosos e 2024 foi-o com certeza, existe, de facto, uma pressão maior e é, em muitos casos, impossível num espaço de quinze dias, três semanas ou um mês corresponder. Portanto, fazer, em muitos casos, uma intervenção que, se calhar, vai para além dos 60, 70 hectares, o Município gere apenas, na parte urbana, uma área de espaços verdes e ajardinados de mais de 30 hectares, estamos a falar de mais de 300.000 m² de área, colocando uma pressão muito elevada, uma vez que os recursos humanos do Município são os mesmos ao longo de todo o ano. Por outro lado, gostaria de partilhar com vossas excelências a informação que em função da inexistência de



recursos próprios para tratar a totalidade de espaços verdes, o Município, a cada ano, prepara um procedimento contratual para adquirir no mercado, serviços de corte de ervados e jardins. ----- Estamos a falar de um procedimento concursal cujo valor se encontra muito próximo dos 150 mil euros, tendo sido celebrado o respetivo contrato no início de maio. No entanto, a empresa que celebrou contrato, passados cerca de vinte dias, veio manifestar a sua indisponibilidade para executar o contratualizado, tendo utilizado o argumento de que não conseguiu contratar recursos humanos para poder fazer cumprir o contrato. Pois bem, esta situação, como imaginam, criou uma grande tensão, porque o contrato enunciado previa a intervenção em 13,5 hectares, tendo obrigado a uma reformulação do planeamento inicial. Nesse contexto, suspendemos um conjunto de atividades da área operacional, duplicamos as equipas na área do corte, utilizando os mesmos equipamentos, ou seja, os tratores e os corta-relvas faziam dois turnos, dois turnos sucessivos, portanto, seis horas e meia por cada turno, as máquinas operavam em média treze ou catorze horas por dia. -----

Foi uma exigência muito grande para os nossos trabalhadores que corresponderam de forma eficaz, tendo tido já a oportunidade de, mesmo ontem às 7 horas da manhã, transmitir-lhe essa nota de reconhecimento e agradecimento nos seus locais de trabalho. Entretanto, conseguimos, no dia 24, portanto esta semana, contratar duas empresas para iniciar esta operação na área mais urbana e nos espaços adjacentes a um conjunto de instalações. Portanto, progressivamente esta situação vai ficando normalizada. -----

Neste momento, estamos a preparar uma intervenção de lavagem e de higienização na zona mais central da cidade, que começará nos próximos dias para também podermos corresponder àquilo que é o desafio que nos é colocado pela crescente afluência de muitos visitantes e de muitos turistas que visitam Chaves e queremos que vão de Chaves com uma ideia de uma cidade rica patrimonialmente, apelativa em termos gastronómicos, com gente simpática e que sabe bem receber, mas também uma cidade luminosa, aprazível e limpa. Portanto, nós queremos continuar a ter essa marca e para isso temos que fazer essas intervenções. -----

Depois, queria, também neste domínio, partilhar com vossas excelências outra questão. Como sabem, em resultado das muitas intervenções executadas em inúmeras vias municipais, houve necessariamente que fazer intervenções nas caldeiras das árvores, sendo que em muitas procurou-se que a vegetação herbácea fosse diminuta, estando em curso, neste momento, uma intervenção específica com o objetivo de garantir a sua limpeza. Temos também contratada uma empresa para fazer a reparação de algumas delas, porque como já perceberam, em resultado do crescimento das raízes e da sua pressão, parte dos passeios já se encontram danificados. Alguém que ande muito na cidade, de carro ou a pé, também perceberá que existe algum mobiliário urbano, designadamente pilotis (aqueles elementos que servem de proteção aos peões) muitos deles danificados, tortos ou arrancados, sendo que vamos agora fazer um esforço de reposição, mas com a consciência de que se trata de um processo inacabado, porque a cada três que se levantam, cinco são derrubados, mas continuaremos esse esforço até que possamos ganhar esse combate que é fundamental. -----

No que diz respeito à iluminação pública, queria dar nota que Chaves é, hoje, um concelho que tem iluminação 100% LED. Não sei se já deram conta, mas nós temos um Concelho com uma rede de iluminação pública 100% LED. Temos cerca de 25.000 luminárias em sistema de LED. Trata-se, naturalmente, de um compromisso assumido que foi cumprido, cuja relevância e impacto incide em duas dimensões, ambiental e orçamental. Por um lado, estamos a ter um consumo menor, significando que nos encontramos a demandar menos consumo energético, particularmente com fonte derivada da energia produzida a partir do petróleo e, por outro lado, também na perspetiva da despesa pública do Município, onde existe também uma redução interessante. -----

Quem deambula pelo circuito polis, quer na margem esquerda, quer na margem direita, percebe que, de vez em quando, surgem algumas luminárias avariadas. Era importante que percebêssemos que o Município fez, faz e continuará a fazer a instalação de luminárias, portadoras de desenho específico, que não sejam luminárias tipo colocadas pela E-Redes, antes pela EDP. Os processos de substituição dessa tipologia específica de luminárias são da responsabilidade direta do Município, como por exemplo o caso, da Avenida Conde Caria em Vidago, em que, em resultado da circunstância de ter sido feito um contrato de colocação de luminárias de desenho de arquiteto. -----

No último ano e meio, o Município gastou cerca de 80 mil euros para substituir esta tipologia de luminárias e, pelos vistos, existem ainda 40 luminárias que se encontram em processo de substituição, sendo que,



neste caso em particular, o Município tem que não só fazer a substituição das luminárias, como também tem que garantir a sua manutenção, ao contrário do que acontece com a rede de iluminação pública no resto do Concelho, em que a responsabilidade é da E-Redes. -----

Queria também dizer que temos a noção que, de vez em quando, é necessário executar algumas intervenções em edifícios municipais, como o caso da cobertura dos Paços do Concelho, sendo que nesse caso a intervenção não se circunscreverá apenas à remoção de alguma vegetação, mas provavelmente terá que ser mais intensa. Neste sentido, teremos que encontrar o financiamento para executar a substituição integral da cobertura, porque o telhado apresenta alguns problemas de infiltração de água recorrentes e, portanto, logo que existam condições financeiras e projeto aprovado, é, de facto, um dos que se candidata a essa intervenção. Também importa afirmar que não nos limitaremos apenas a fazer essa substituição. Dar-me-ia um prazer imenso se nós algum dia colocássemos aquele relógio a funcionar, mas, enfim, já é muita ambição e certamente depois de vinte anos ou trinta anos sem funcionar, se calhar, é ambição a mais, veremos se é possível ou não, mas fica esta nota. -----

Depois queria dar nota do seguinte, gostaria muito que no dia 8 de julho tivéssemos obras para inaugurar, sim, é sempre bom, é sempre um momento importante, mas, enfim, vou já retirar essa expectativa, porque não vamos inaugurar nenhuma obra relevante no dia 8 de julho. É sempre bom, sobretudo para o Presidente da Câmara, ter a oportunidade de ficar bem na fotografia, mas a verdade é que não o vamos fazer no dia 8 de julho, sendo certo, que, como sabem, temos três ou quatro obras relevantes que se encontram em fase de conclusão, o Cineteatro Multiusos, o Aquae Nature Palace, ou o Complexo Hidrodinâmico Aquae Saludem. A empreitada de adaptação/construção da Casa Mortuária ou Centro Ecuménico teima em não ser concluída, porque, como já tive oportunidade de partilhar, foram encontrados um conjunto de vestígios, que determinaram a suspensão da obra. Estou a reportar-me à existência de uma porta medieval que confronta com o jardim; de uma parte da muralha; e de parte de um pavimento de uma cavaleriça. Tratam-se de um conjunto de vestígios que se encontram em fase de tratamento, de avaliação, para que se possa dar continuidade a esta obra. A localização da porta encontrada, pressupõe uma alteração estrutural ao projeto, porque a forma como se acede ao primeiro andar, terá que ser completamente alterada. Portanto, para tornar a porta visível ter-se-á que encontrar uma solução, é nisso que estamos a trabalhar e gostaria que fosse concluída mais cedo do que mais tarde, mas é daquelas que verdadeiramente está a ser um desafio, porque não está a ser fácil encontrar uma solução técnica. -----

Depois, queria partilhar com vossas excelências outra notícia, penso que é uma notícia que todos vão saudar. Abrimos o concurso para executar a empreitada de requalificação da cobertura das Termas Romanas que será um jardim, estando já em publicado o respetivo aviso em Diário da República. Este concurso que, certamente, é muito importante para a nossa comunidade e para o encerramento de uma zona central que, certamente, tantos incómodos e tantas reclamações e tanta censura tem recebido, muita dela, enfim, infundamentada e dizer que a nossa expectativa é que ainda durante este ano se possa arrancar com esta intervenção. Queria também dizer que estamos quase a iniciar a intervenção no bairro verde. Como sabem, foi objeto de adjudicação, foram subscritos os contratos, foram remetidos para o Tribunal de Contas e estamos, neste momento, a fazer a transferência de cinquenta famílias, de forma progressiva e faseada, para outras acomodações e, portanto, provavelmente ainda antes do verão iniciaremos esta intervenção no bairro verde. -----

Quanto à intervenção de requalificação da Estrada Municipal 507 que liga Chaves a Montalegre, tem uma exigência financeira crescente, no cômputo geral ficará acima dos três milhões de euros no conjunto do investimento. Trata-se de um investimento importante e relevante, um investimento com uma exigência significativa, dada a circunstância de ser financiada exclusivamente pelo orçamento municipal. Já tive oportunidade de dizer noutros momentos, sem qualquer forma de cofinanciamento ou de comparticipação por qualquer outro instrumento financeiro de cariz nacional ou europeu, constitui uma exigência grande e, felizmente, o Município de Chaves conseguiu encontrar o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade financeira necessária para poder avançar com esta obra, tratando-se de um sinal claro de saúde financeira do Município, porque, de outra forma, seria impossível de fazer. Estamos a fazer essa intervenção, naturalmente, sem termos a veleidade de fazer uma via rápida ou outra via de características semelhantes, mas, neste momento, queremos assegurar que a via que liga dois Concelhos seja uma via segura, uma via de velocidade média, que tenha uma plataforma de circulação entre 6m, a 6,5m, encontrando-se previsto o reforço das questões de segurança, através da colocação de rails de proteção,



e sinalização. Neste capítulo, vamos ter também, na parte urbana, sobretudo aqui junto a Chaves, zonas de passeadeiras, passeios até Sanjurge com dimensão adequada, para podermos conciliar a requalificação da via e a diminuição do risco de acidente rodoviário. -----

Noutra dimensão, estamos também a executar a substituição de uma parte significativa da rede de saneamento e de abastecimento de água, sendo que tal significou uma despesa de algumas centenas de milhares de euros. Estamos também, no âmbito desta empreitada, a executar a zona de passeio até ao Santuário, que integra um espaço dedicado para peões e bicicletas. Em parte do traçado será executada do lado esquerdo e, noutra parte do traçado, será do lado direito, sendo certo, que quem se dirige para Chaves ou na direção contrária, o sentido já é inverso, portanto, o ficar instanciado no lado esquerdo ou o direito não se encontrou nem no propósito, nem na decisão. A nossa expectativa, em face do bom ritmo de execução, passa por ter concluída toda a intervenção até ao final do ano de 2024. -----

Para concluir, queria descansar aqueles e alguns que foram dizendo que existia um problema com a empresa, que a Câmara não estaria a pagar a tempo e horas e que, de alguma forma, isso teria diminuído a intensidade da execução dos trabalhos. Estamos a pagar a tempo e horas e estamos a pagar já o mês de junho. Muito obrigado. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2024. -----

A Ata número dois, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 30 de abril de 2024, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Oito Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Muito obrigado senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sua pessoa e na pessoa do senhor Presidente da Câmara renovo a todos os presentes os meus cumprimentos. É algo de muito simples, mas consta na agenda do senhor Presidente, aliás, no último ponto, precisamente na passada semana uma audiência com o senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, pelo que aqui se percebe, terão sido abordadas intervenções e competências numa série de vias estruturais no Concelho e que nos são muito caras, não nos é dada a conhecer nesta informação qualquer compromisso ou resultado mais palpável, desculpem a expressão, desta reunião, o que nos deixa aqui alguma curiosidade pela importância dos temas versados e, portanto, gostaríamos de questionar o senhor Presidente se trouxe de Lisboa, efetivamente, algum compromisso quanto a esta temática. Muito obrigada. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Renovo cumprimentos a todos os presentes, coloco duas questões, uma em relação às questões de saúde, houve vários encontros com a enfermagem, enfermeiros de cardiologia, com todo um conjunto de enfermeiros, houve as jornadas de Miguel Torga, todo um conjunto de atividades, há uma preocupação que eu já lancei aqui que é, o Hospital ficou sem cardiologia, fala-se numa recontratação do médico que se reformou, mas que eu saiba, por um lado, não é a mesma coisa, as recontrações nunca são feitas geralmente com o mesmo tempo de dedicação ao Hospital e que eu saiba ainda não foi efetivada. Sai mais um pediatra no mês de agosto, isso vai colocar dificuldades adicionais, e se há alguma informação, porque a perceção, e agora estou a falar, dizem, em termos individuais, a perceção que eu tenho é que a Unidade de Cuidados Intermédios precisa de internistas para funcionar quando eles são necessários e faltam em Medicina que está com dificuldade em responder às camas que não são Cuidados Intermédios, parece-me que não vai ser fácil, é preciso manter o tónus sobre esta questão. -----



A outra questão tem que ver com a notícia do chumbo do Tribunal de Contas e que implicações isso pode ter, apenas para nós percebermos melhor a situação, senhor Presidente. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento todos os presentes, começando pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras Presidentes de Junta, senhores Presidentes de Junta, todo o pessoal operacional e comunicação social presente. -----

Quero congratular-me com a decisão que este Governo tomou em relação ao atraso do PRR dos Fundos Comunitários em que o Partido Socialista estava bastante atrasado e colocou algumas dificuldades ao novo Governo que se apressou e que conseguiu a recuperação dos cerca de 370 milhões de euros para a habitação. -----

As reuniões foram feitas pelo senhor Ministro com toda a celeridade no Algarve, no Norte onde estiveram todos os senhores Presidentes de Câmara e, de facto, a sua disponibilidade também para os acompanhar dado que é um processo moroso e com muitas dificuldades. Por conseguinte, o próprio Governo se prontificou a colocar-se ao lado das Autarquias para as apoiar, para acelerar a situação da construção e a recuperação, porque tem duas fases uma é a recuperação e outra é a construção de novas habitações, foi aquilo que eu ouvi ao senhor Ministro aquando da sua intervenção para a comunicação social, ouvi isso através da CNN. Por conseguinte, é com isso que eu me quero congratular e lamentar que o Partido Socialista com a maioria absoluta tivesse dormido um pouco em colocar este processo em andamento, porque está um pouco atrasado e terá que se fazer algum esforço e alguns sacrifícios começando pelas próprias Autarquias para que possamos, de facto, gastar, ou seja, investir os cerca de 370 milhões que vêm do PRR. Muito obrigado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia, renovo cumprimentos senhor Presidente da Assembleia, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia e naturalmente a comunicação social e também o staff aqui presente. -----

Como já perceberam, era minha intenção participar nesta Assembleia Municipal de forma serena, mas já percebi que, em face das intervenções, vamos ter combate político sério e, portanto, vamos ter que falar sobre algumas coisas em que me parece que existe muito equívoco em muita cabeça e muita confusão. Este ponto aborda o conjunto de informação prestada pelo Presidente da Câmara, significando que, como já tive oportunidade de dizer muitas vezes, são trazidas ao conhecimento deste órgão o conjunto de reuniões mais importantes, fazendo-o de forma detalhada, coisa que não acontecia no passado, e faço-o por dever, por respeito a este Órgão. Agora aproveitar esta informação para falar de coisas que se encontram vertidas nos documentos, já me parece muito estranho. -----

Portanto, existe um Período Antes da Ordem do Dia para o fazer e parece-me adequado, ainda assim, com a latitude que caracteriza o Partido Socialista, e, certamente, o senhor Presidente da Mesa, sabemos que isso não é motivo para cortar a palavra e, portanto, vão ter, certamente, a oportunidade de fazer essas considerações. -----

Vejamos então aquilo que foi a reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação com o engenheiro Pinto Luz. Fui munido para a audiência com o mesmo caderno de encargos que já tinha ido para o anterior Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos. O caderno de encargos foi exatamente o mesmo e considero que o resultado vai ser o mesmo. -----

Vou explicar detalhadamente qual foi, no essencial, o caderno de encargos. A primeira questão em todas as reuniões, fosse com o atual Ministro fosse com o anterior, que lhe foi colocada, foi sobre as autoestradas particularmente da A24, antiga SCUT, em duas ou três dimensões. A primeira dimensão era, necessariamente, sobre a redução e tendencial eliminação das portagens. Comecei por dizer que me congratulava com a decisão e, portanto, que era uma decisão de um grande alcance para todos os Municípios do interior, particularmente para o Município de Chaves, pelas questões relacionadas com a coesão, com a equidade, com a mobilidade, com o turismo e com a acessibilidade, que me congratulava. A verdade é que o senhor Ministro ficou um pouco incomodado e tivemos ali uma pequena discussão e percebi claramente que o PSD era, verdadeiramente, contra a abolição integral das taxas. Tenho que o



dizer aqui, que o Senhor Ministro ficou incomodado com esta minha interpretação, é verdade. A conversa evoluiu um pouco, fiz-lhe um apelo à sua história e experiência de autarca. No início, a audiência foi muito tensa por causa da questão das SCUTs, porque percebi claramente que estavam contrariados e que a vontade era que não fosse aprovada. Eu estou a partilhar a perceção de alguém que esteve na reunião, portanto, só eu é que posso participar, eu e o senhor Ministro, naturalmente. Depois queria também dizer que sobre esta matéria retomei aquilo que foi sempre preocupação, foi o incremento daquilo que é a resposta ao nível da emergência nas antigas SCUTs. Como sabem, foram reduzidas para metade a capacidade de resposta e, portanto, falei novamente disso, falei também, outra vez, no quão incompreensível é, nos acessos da autoestrada termos iluminação e nos acessos das antigas SCUTs não termos iluminação. Referi que é uma coisa absolutamente incompreensível e que o Município está disponível para comparticipar e ajudar nesse processo. Falei ainda numa situação mais particular e mais estranha que tem a ver com a rotunda depois de Vila Verde da Raia que é uma rotunda que está integrada na área da concessão, cujas luminárias estão apagadas, ou seja, quem vai de Vila Verde da Raia para Feces de Abajo, passa Vila Verde da Raia, na zona dos móveis, a rotunda tem as luminárias todas apagadas. Pois bem, andamos há três anos junto do Ministério, junto da concessionária a dizer o seguinte: A Câmara Municipal de Chaves está disponível para assumir os custos com aquela iluminação mesmo que a condição seja aceitar a transferência de um PT, de um Posto de Transformação. Dissemo-lo ao anterior Ministro, dissemo-lo a este Ministro, portanto, sobre as SCUTs foi isto que nós fomos lá falar e a expectativa vamos ver, vamos ver se vai acontecer alguma coisa. -----

Falámos depois, mas aqui é uma conversa que fazemos sempre, sabendo bem que a expectativa sobre isto é nenhuma, mas falamos sempre da necessidade de incrementar a mobilidade rodoviária já que ferroviária não acontecerá nos próximos anos, das ligações entre os concelhos desta região, particularmente entre Montalegre e Chaves, falámos da necessidade de comparticipar e financiar esta intervenção, falámos também da melhoria das acessibilidades entre Chaves e Valpaços e que era fundamental criar aí uma via que pudesse ligar Valpaços à autoestrada. Falámos também de uma situação que nos parece absolutamente injusta que é a circunstância da estrada que liga Chaves a Carrizedo que é a Regional 314, que era suposto que ficasse a ser gerida e mantida por uma entidade regional, na verdade, quem tem que assumir os encargos vai ter que ser o Município e, portanto, entendíamos nós que enquanto não houvesse Autoridade Regional, enquanto não houvesse Regionalização, então essa competência, essa responsabilidade pela sua manutenção devia ter ficado no Estado. Foram estes tópicos, estes três tópicos que nós fomos falar sobre as questões da mobilidade rodoviária nesta região, falámos agora, como falámos antes, a minha expectativa sobre esses três tópicos é zero! -----

Para além disso, a seguir, fomos com questões bem mais circunscritas, bem menos importantes sob o ponto de vista financeiro, fomos falar da necessidade e da disponibilidade do Município de Chaves para entrar num processo negocial que procurasse, por exemplo, aceitar a transferência de um troço de via, designadamente um troço de via da 103 entre o Km0 da EN2 e o Lameirão, são cerca de 2 km. Nós estamos disponíveis para aceitar a transferência desse troço que é uma Estrada Nacional, e por essa circunstância, o Município tem grande dificuldade ou está inibido de fazer intervenções de requalificação nos passeios e melhorar aquele acesso à cidade, com o qual concordamos todos que, de facto, precisa urgentemente de ser tratado, ou no limite, fomos também propor-lhe que nós estamos disponíveis para aceitar a transferência da EN103, que vai desde o Lameirão ao limite do Concelho até Espanha, até à antiga fronteira de Vila Verde da Raia. Estamos disponíveis para aceitar esse troço da EN103 ou a EN103.5, a única condição que pusemos, foi esta, foi que o Estado, o Governo, o Ministério das Infraestruturas assumisse os custos com a repavimentação. O que nós dissemos foi, nós estamos disponíveis para a aceitação deste troço de via desde que o Governo aceite financiar e o financiamento pode ser uma de duas formas, ou faz a pavimentação, ou transfere para o Município o dinheiro correspondente ao custo da pavimentação e o Município faz uma intervenção, porque, como todos compreenderão, há por um lado, na EN103, esta necessidade imperiosa de tratar este troço de via que na prática é uma artéria urbana, eu acho que, hoje, não faz nenhum sentido que aquilo seja uma Estrada Nacional, é claramente uma artéria urbana assim como foram, já há muito tempo, desclassificados e entraram no património e na esfera jurídico patrimonial do Município outros troços de Estradas Nacionais, mas também, como todos saberão, que, por exemplo, dentro da área da localidade de Vila Verde da Raia é fundamental nós encontrarmos uma solução para resolver a questão das inúmeras roturas de água e



para podermos ter ali uma zona de passeios que nos parece fundamental, eu acho que todos concordarão que quem entra em Portugal por Chaves, por essa entrada, gostaria de ter um espaço mais cuidado e todos nós sentir-nos-íamos mais orgulhosos e, portanto, fomos falar sobre essas duas questões. ----- Fomos falar também sobre a necessidade de requalificação e repavimentação da EN103 entre Chaves quase até ao limite de Boticas, há ali uns troços dessa estrada que precisam de ser objeto de requalificação. Depois, ainda falamos de mais três situações que são absolutamente de vontade, não é de dinheiro, é de vontade e quais são elas?! Nós temos vindo a insistir com a IP para que na zona de Curalha, sobretudo junto ao café Frade, talvez um pouco antes, se possam lá instalar semáforos porque é uma zona crítica, de risco. Houve algumas situações perigosas e, portanto, entendemos nós que era fundamental ali dentro daquela localidade, porque, a verdade, é que quem sai da autoestrada, vem sempre, enfim, com um perfil de condutor e de condução muito mais elevada, e a verdade é que há gente que vai a 120 km/hora. Eu considero que é fundamental e o Município, através de mim, disponibilizou-se para financiar e manter os semáforos, até hoje não temos uma decisão favorável. Colocaram há pouco uns pilotis, eu acho que não é suficiente. Depois colocamos idêntica questão na EN2, sobretudo na zona de Vila do Tâmega, e se calhar noutras localidades, em que nos parece fundamental que haja passadeiras nalguns sítios que não há, e sendo que essa solução tanto pode ser passadeira normal ou uma passadeira elevada, essa é uma questão técnica que tem que ser discutida. Também fomos dar conhecimento de uma situação que nos ocupa já há cerca de dois anos, é um pequeno passeio em Vidago, um pequeno passeio na Estrada Nacional fica ligeiramente antes do Balneário, do lado direito, com aproximadamente vinte metros de comprimento. Andamos, há cerca de dois anos, com a IP para ver qual é a solução técnica, sendo certo, que quem o vai custear, vai ser o Município e, portanto, é esta incompreensão que nos atormenta. -----

Por último, fomos pedir que nos despachem um processo de parecer sobre um troço de saneamento que queremos fazer em Curalha para atravessar a Estrada Nacional, onde estamos há cinco ou seis meses à espera que nos possam dar um parecer final, depois de todos os aperfeiçoamentos que fizemos, portanto, percebem que foram estes os assuntos sobre os quais eu fui falar com o senhor Ministro das Infraestruturas. -----

Depois, falei com certeza um pouco mais, mas aí de forma mais genérica sobre a questão da necessidade de fecharmos, de formalizarmos as questões relacionadas com a transferência, neste caso, através de subconcessão do espaço canal e dos edifícios de apoio à antiga linha de caminho de ferro que queremos formalizar, apelando outra vez para a necessidade e para a vontade de que o Estado devia desafetar esse espaço de domínio público ferroviário e transferi-lo para os Municípios. Portanto, fui falar disso, é uma decisão que depende do Conselho de Ministros e gostaríamos muito que esse processo avançasse, fosse mais ou menos célere, mas que avançasse, para que no futuro para além dos Municípios, e necessariamente também o Município de Chaves, poderem não só ser subconcessionária e, portanto, poder usar não só o espaço da ecovia, mas também requalificando os edifícios para o turismo, não só na qualidade de subconcessionária, mas fazê-lo no futuro na qualidade de proprietário. Por último, falei um pouco sobre as questões da habitação, primeiro, do direito ao financiamento que nos parecia ser fundamental e que o processo seja agilizado, parece-nos que o PRR precisa aí de algumas agilizações, mas não é aquela que o Governo fez, que foi transferir para os Presidentes de Câmara a responsabilidade pela conformidade legal e regulamentar das candidaturas, ao invés de ter sido feita a respetiva avaliação prévia. -----

Queria também, sobre as questões colocadas pelo Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer-lhe que a nossa preocupação em matéria de saúde é crescente, é crescente porque temos menos capacidade de diálogo na ULS, temos menos capacidade de dialogar e de conhecer aquilo que são decisões ao nível do Conselho, não sei se há orientações ou não, mas a verdade é que há uma menor capacidade de agendar reuniões e de ter conhecimento sobre algumas questões de fragilidade, não conhecemos verdadeiramente ainda nenhuma data, seja para a contratação das especialidades em falta, designadamente da cardiologia, seja da pediatria, seja da questão relacionada com aquilo que tem a ver com a Unidade de Cuidados Intermédios. Portanto, parece-me evidente, temos pedido uma audiência à Senhora Ministra da Saúde na semana seguinte à que tomou posse, estamos a aguardar, portanto, queremos naturalmente antes de tomar alguma posição mais firme falar com a Senhora Ministra, perceber efetivamente quais são os planos, as estratégias, as ideias, as propostas e perceber exatamente



o que é que está a ser desenhado e sei que na próxima sexta-feira vai apresentar o plano de contingência para o verão. -----

Veremos que linhas traz, se a continuação do que existe, porque, se bem se recordam a Ordem dos Médicos e o PSD criticavam muito o anterior Ministro, ainda não vi nada de diferente, sinceramente, não vi nada de diferente em termos de gestão de serviços de saúde. Portanto, estamos a aguardar para que aconteça, para que se perceba efetivamente que aquilo que tanto se criticava e as soluções que existiam pensadas e desenhadas possam ser implementadas a bem de todos e a bem da nossa população e, portanto, sobre a saúde, dizer-lhe que a preocupação é crescente, a opinião é a mesma que havia no passado, é a mesma, continuamos a demandar e a exigir exatamente o mesmo, temos que ter uma Unidade Hospitalar com uma Urgência Médico Cirúrgica robusta, capaz e plena, temos de ter uma Medicina Interna forte, temos que ter mais cirurgias, particularmente mais Cirurgia de Ambulatório, temos que ter Pediatria e Urgência Pediátrica, é absolutamente essencial e temos que ter nas alas médicas um reforço maior. Foram estas as reivindicações do passado, são as exigências no presente e serão no futuro, é por isso que pugnaremos por respostas. Se tal não se concretizar, convocaremos esta Assembleia e se a questão se colocar na necessidade de assunção de posição pública de protesto mais intenso, como já o fizemos no passado, fá-lo-emos no futuro. Não quisemos ter muita pressa antes de perceber o que a senhora Ministra nos quer dizer, mas também lhes digo com sinceridade, se passar mais de um mês e não existir um agendamento de reunião, aí, com certeza, falaremos de forma intensa sobre esta matéria. Sobre a questão que colocou, e bem, sobre a questão do recurso do visto em primeira instância por parte do Tribunal de Contas, encontra-se ainda dentro do Tribunal de Contas em fase de recurso para o plenário. Queria partilhar convosco, não sei se querem informação detalhada ou informação mais genérica, se for detalhada eu tenho aqui um apontamento, já sabia que ia ser questionado e, portanto, tenho aqui um detalhe desta informação, queria dizer que relativamente ao concurso limitado por prévia qualificação com publicidade Internacional de conceção e construção das ações previstas no “Projeto de Acolhimento Nº 84 Parque Empresarial de Chaves Área de Acolhimento Empresarial Chaves Nova Geração”, foi celebrado o contrato no dia 20 de dezembro de 2023 entre o Município de Chaves e o consórcio **Bright City Nós**, foram feitas várias respostas de esclarecimento ao Tribunal de Contas no dia 21 de fevereiro, no dia 22 de março, no dia 11 de abril e no acórdão de 18 de abril foram suscitadas duas nulidades, não vou ler tudo o que está aqui, mas explico quais são as nulidades e qual é a perplexidade do Município de Chaves. Como compreenderão, um processo desta natureza reveste-se de enorme complexidade, por ser novo, sem conhecimento prévio, não existia conhecimento no Município. Em face de tal constatação, o Município contratou uma empresa consultora, na sequência de um processo de contratualização e contratou também a Universidade de Aveiro que é, porventura, a Universidade que mais conhecimento tem ao nível das energias e particularmente das energias renováveis. -----

Portanto, organizou-se o processo, foi desenvolvido, um processo muito laborioso, muito trabalhoso, curiosamente, o nosso processo foi acompanhado de idêntica maneira àquele que foi o da Câmara de Melgaço, as peças procedimentais são as mesmas, *ipsis verbis*, e a verdade é que para a Câmara de Melgaço houve um parecer favorável e para nós um parecer desfavorável, sendo certo que nesse parecer desfavorável que foi tomado por um coletivo de três juízes, há um voto de vencido a dizer que, efetivamente, devia ser concedido o visto e quais são os fundamentos para esse posicionamento?! Um, relacionado com uma questão, porque este projeto tem três dimensões: tem uma dimensão de produção de energia solar 4 MG watts; tem uma dimensão de videovigilância com câmaras que terão um alcance entre 10 e 20 km para poderem fazer a cobertura do espectro da zona envolvente e particularmente por causa da redução dos riscos de incêndios rurais e depois tem uma componente de hidrogénio verde. Qual foi aqui a questão?! A questão redundou no facto de constar no caderno de encargos uma referência a uma patente australiana de um equipamento de videovigilância, mas, curiosamente, num processo de idêntica natureza, com idêntica referência, num concurso Público em Loulé o Tribunal de Contas concedeu visto e, portanto, entendemos nós, por aquilo que são os argumentos que foram aduzidos, que que a decisão será revertida. Pois bem, nós estamos a trabalhar, apesar disso, na solução B e, portanto, se a decisão do Tribunal de Contas for agora revista e se for concedido o visto o processo continuará normalmente se, porventura, o Tribunal de Contas mantiver o seu visto, nós temos já preparado um novo procedimento para garantir que esta intervenção possa estar concluída no final do primeiro semestre de 2026, que é, como sabem, a data limite para a conclusão das obras financiadas pelo PRR. Permitam-me dizer que nós temos ainda candidaturas ao PRR que nem sequer foram aprovadas, nem sequer foram



aprovadas ainda e, portanto, ainda esperamos e partilho com vossas excelências, nós esperamos decisão sobre uma candidatura que fizemos para uma intervenção de requalificação da Escola de Vidago, temos também uma candidatura apresentada para requalificação da Escola Nadir Afonso, já foi aprovada uma candidatura para a Escola Fernão Magalhães, cerca de 4,2 a 4,3 milhões de euros, também estamos à espera de decisão final sobre as candidaturas que apresentámos para o Centro de Saúde Chaves 1, Chaves 2 e Vidago. -----

A nossa preocupação aí é menor, porque é não concorrencial e, portanto, significa que o financiamento de 3,2 milhões para esses três equipamentos de saúde está garantido, já não está garantido na educação e noutros domínios, porque o PRR é um programa concorrencial, ou seja, só as melhores candidaturas é que são vencedoras, portanto, é isso que queria dizer sobre esta questão deste processo, a nós preocupa-nos! -----

Dizer ainda que, curiosamente, os processos do PRR têm sido muito complexos, muito procedimentalizados, muito exigentes e, de facto, temos consumido na parte processual, na parte adjetiva e na parte procedimental uma parte significativa do nosso tempo e dos nossos recursos. Queria dizer que o PSD e o Governo do PSD como é que resolveu isto de uma forma muito simples, decidiu aprovar as candidaturas, obrigando os Municípios a fazer uma declaração a dizer que está tudo bem, se alguma coisa estiver mal, nós Municípios é que somos responsáveis. -----

Portanto, a mudança de paradigma relativamente ao PRR foi esta, muito simples, não foi apreciar as candidaturas, não foi avaliá-las, não foi tramitá-las, não, foi simplesmente tomar uma decisão por despacho a dizer que as candidaturas que estavam pendentes, estas, estas e estas poderiam ser aprovadas desde que os Municípios, de forma prévia, assinassem uma declaração subscrita pelo senhor Presidente da Câmara a dizer que as candidaturas cumprem todos os pressupostos e se não cumprirem e se alguma questão existir os Municípios são responsáveis, portanto, foi a mudança, foi a grande mudança que aconteceu no PRR!! -----

Portanto, a transformação, o grande incremento, a grande decisão de cartola foi esta, o dinheiro é o mesmo, o dinheiro já está contratualizado há muito tempo e, portanto, é melhor que não se diga o que não se sabe, o PRR foi um contrato de financiamento assinado entre a Comissão Europeia e o Estado Português, a questão que se pode colocar, é a forma como se libertam as tranches, não é o valor de dinheiro que é o mesmo, não se confundam quanto aos aspetos essenciais e, portanto, significa o quê?! Uma das razões pelas quais Portugal não tinha recebido as últimas tranches, consiste no facto de não ter conseguido atingir as metas em matéria de saúde e transferência de competências para os Municípios. Um dos indicadores mensurava a aceitação de duzentos ou duzentos e quarenta Municípios do conjunto de competências em matéria de saúde, sendo que o País ainda não tinha atingido esse objetivo. E, portanto, foi essa a mudança! Queria dizer sobre isso que aquilo que vinha aqui apresentado como um loa, uma conquista e um objetivo de mudança estrutural pelo Governo do PSD, limita-se a um mero Despacho! Muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE
PROPOSTA N.º 42/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Sónia Cristina Adães Ferreira, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor primeiro Secretário, senhora Secretária, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssima senhora Vereadora e senhores Vereadores, excelentíssimos Deputados Municipais, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos os demais presentes nesta sala. -----

*“Dirijo-me a Vossas Excelências para vos falar sobre o **“Regulamento Municipal de Incentivo à natalidade”**.* -----



A Câmara Municipal de Chaves tem demonstrado a sua preocupação em criar uma atratividade e incremento da qualidade de vida das famílias residentes no conselho, nomeadamente através da ampliação do leque de políticas públicas de ação e de desenvolvimento social. -----

Uma das maiores preocupações com que nos debatemos atualmente é a diminuição da natalidade associada ao envelhecimento da população pois cria um impacto indesejável no desenvolvimento social e económico dos diversos territórios. -----

Apesar da criação de políticas públicas no sentido de inverter esta tendência, Portugal situa-se num dos países com menor taxa de natalidade. Urge, pois, desenvolver estratégias e medidas concretas com vista à reversão da diminuição da natalidade, consequente diminuição da população jovem e aumento da população idosa. -----

Neste sentido, o Município de Chaves tem avançado com uma estratégia de captação de investimento e a consequente criação de emprego, verificando-se um impacto muito positivo no desenvolvimento económico e social dos últimos anos, permitindo atrair e fixar novas famílias e oferecer melhores condições de vida das famílias. -----

Alinhada com os pressupostos que nortearam a estratégia global desenvolvida pelo Município de Chaves, iniciada já em 2017, com um impacto reconhecido no desenvolvimento económico e social do conselho, surge uma nova política pública municipal com o intuito de reverter a tendência de baixa natalidade e as dificuldades que advêm de uma sociedade envelhecida cuja dinâmica de funcionamento dificulta o desenvolvimento económico e social do conselho. -----

Sendo a família a instituição de socialização primária, a célula fundamental da sociedade, representa um espaço privilegiado de realização pessoal que deve ser priorizado pelas diversas organizações no sentido de cooperar, apoiar, incentivar e promover as políticas de família. -----

Atentos ao exposto, a atribuição de mais um apoio financeiro específico representa um pilar importante na estratégia de apoio às famílias, associando-se ao conjunto de incentivos inerentes à atribuição do cartão das famílias numerosas ou da ampliação específica da tarifa familiar da água, sendo que o regulamento municipal de incentivo à natalidade apresentado pretende, essencialmente, implementar mais um apoio municipal que atenua os custos associados à parentalidade, promovendo, simultaneamente, uma política de combate ao envelhecimento populacional e à baixa taxa de natalidade. Considerando a ponderação dos custos/benefícios desta medida, imposta referir que dada a dimensão da problemática resultante da diminuição da taxa de natalidade e aumento da população idosa, com os consequentes impactos no desenvolvimento económico e social, entende-se evidente que os benefícios expectáveis resultantes da aplicação medida de incentivo ultrapassarão os custos associados à mesma, sendo que os valores considerados no documento têm em conta situação económico- financeira do município. -----

O montante definido para o incentivo à natalidade teve por base a medida de referência determinante da fixação, cálculo e atualização de diversas prestações de Segurança Social, designadamente 1,5 do valor de Indexante de Apoios Sociais (IAS), para o ano de 2024, fixado em 509, 26€, sendo que os restantes montantes seguem o princípio da valorização das famílias mais numerosas, com coerência com o mote subjacente à proposta. -----

Face ao referido, apelo ao voto favorável de todos, no sentido de viabilizar a proposta apresentada para o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, pois entendo tratar-se de um valioso contributo para o estímulo do aumento da taxa de natalidade no nosso concelho.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Renovo os cumprimentos já feitos na primeira intervenção. Em primeiro lugar, para simplificar as coisas, a CDU vai votar favoravelmente a medida, a medida já foi tomada por outros Municípios do interior do País, de Norte a Sul do País. Depois, posso discutir os aspetos de pormenor, acho que da nossa parte nada a opor à aprovação da medida, o que vínhamos aqui fazer era dar um contributo para outras dinâmicas que possam levar a um aumento da natalidade. Penso que toda a gente tem a perceção de que não é pelo apoio, que é importante, de 750 euros ou de 1000 euros ou 1250 euros que alguém decide ter filhos ou não, mas esta medida é importante. Depois há medidas nacionais que têm a ver com os salários, têm a ver com a habitação, que são condicionantes da constituição de famílias e de ter filhos mas há outras medidas e nós sabemos, por exemplo, que se nós não tivermos um Serviço de Urgência de Pediatria aberto, um Internamento de Pediatria aberto não só o Concelho de Chaves, assim como, os



Concelhos do Alto Tâmega têm aqui uma condicionante em termos de natalidade que não é irrelevante, quer na decisão de ter filhos, quer na decisão de fixar populações jovens. -----

Depois sabemos e todos recordamos e reconhecemos a iniciativa do PCP, da CDU na defesa das creches universais e gratuitas para todos, é preciso que essa medida seja implementada, quer nas responsabilidades do Estado Central, quer nas responsabilidades da Autarquia, porque o haver uma rede de creches gratuitas de qualidade universal e de proximidade, é um forte incentivo à natalidade. -----

Há outros aspetos que importa referir, alguns já existem em algumas Autarquias, agora vou dar sugestões, nós sabemos o sucesso que é o parque infantil que há nas Caldas, se calhar há picos de utilização “eu, agora, como tenho um neto, de vez em quando também lá vou” se calhar, era preciso criar outro equipamento semelhante noutra localização, até para evitar ali os constantes congestionamentos de tráfego, era importante pensar nesse aspeto. Mas há Autarquias que têm aspetos muito interessantes, por exemplo na criação de ludotecas no sentido de sítios análogos, se quisermos, às bibliotecas, onde as crianças, os adolescentes podem ir levantar jogos, podem ir jogar, podem ter apoios que promovam a libertação dos ecrãs e nós, um dia, havemos de voltar mesmo nesta Assembleia a perceber como é que o abuso dos ecrãs e a precocidade dos ecrãs está a ter impactos gigantescos. Outro dia, um médico americano levantou uma questão importantíssima que é nós pomos nos maços de tabaco “o tabaco mata” nos videojogos nos ecrãs também se deveria por algo semelhante, porque os videojogos, o abuso dos ecrãs nas idades são altamente prejudiciais, nos Estados Unidos já são proibidos e nos Países Nórdicos até uma determinada idade é considerado “já quase um crime” e, portanto, é outro contributo importante que nós podíamos dar. -----

Depois, sabemos que quem trabalha, quando uma mãe, principalmente uma mãe tem um filho doente as dificuldades que muitas empresas da região, principalmente as grandes empresas põem na libertação das mães para cuidarem dos filhos, para estarem com os filhos internados no hospital e nós sabemos que, agora, ao não haver internamento em Chaves as dificuldades adicionais que há ao ter que ir para Vila Real. -----

Portanto, a Autarquia se, sabemos da dificuldade que existe de os pais negociarem com as entidades patronais o direito de apoio à criança, criasse um gabinete de apoio aos direitos dos pais, um gabinete de aconselhamento, um gabinete de intermediação com os empregadores da região dava mais uma ajuda à natalidade. Finalmente, nós levantamos a primeira vez esta questão na campanha eleitoral de 2021 e que tem a ver com projetos que estão agora a desenvolver-se pelo mundo todo, sobre o apoio aos primeiros mil dias das crianças, o que é que eu quero dizer com isso de uma forma hipersucinta? desde o início da gestação até completarem dois anos de vida, são os anos decisivos da formação das crianças, uma criança que não seja estruturada nesses primeiros mil dias que envolvem a gravidez e os primeiros dois anos de vida não consegue facilmente estruturar-se o resto da vida e, portanto, um investimento importante da sociedade é investir nesse período, em quê? Há muita coisa que já existe e que já é feita e também aqui na região e tem que se valorizar o que já é feito, é preciso articular e aprofundar as ÉLIS, a CPCJ, o contato das Juntas de Freguesia com as pessoas e perceber quais são as gravidades de risco, os contactos com as questões do alcoolismo, da dependência de drogas, da miséria, do desemprego, da depressão, de todos esses aspetos, a Autarquia pode envolver-se, e agora que há uma ULS, que até há um representante das Autarquias na ULS, é importante desenvolver esse projeto como uma forma de as pessoas pensarem em viver em Chaves ou em ter filhos em Chaves, não só porque Chaves também já põe os mesmos mil euros que já põe outros Municípios, mas porque é um Município amigo das crianças e dos adolescentes. Ficam aqui estas sugestões que podem ser utilizadas e a CDU estará sempre disposta para ajudar e participar para além de uma medida, como digo, vamos votar favoravelmente. ---

António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta e pessoal de apoio a esta reunião. Venho aqui dizer o seguinte: o PSD votará favoravelmente o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, mas também quero dizer que a proposta de incentivo à natalidade foi apresentada na Câmara Municipal em reunião da Câmara Municipal pelos senhores Vereadores do Partido Social Democrata e foi chumbada na altura. Depois, o Partido Socialista fez aprovar exatamente este incentivo à natalidade, mas teve por base a proposta inicial do PSD e, portanto, não nos podemos esquecer dessa situação, estranho é que realmente



não tivesse sido aprovada e que passado pouco tempo tenham aproveitado essa proposta e venha hoje à Assembleia Municipal. Portanto, congratulamo-nos com isso, mas também era bom que realmente, se calhar, na reunião de Câmara se tivesse dado uma oportunidade de receber essa proposta como realmente uma boa ideia e como uma boa proposta e não chumbá-la logo, e depois apropriar-se dessa situação e vir aqui hoje apresenta-la como se fosse o Partido Socialista o autor da mesma. Era só isto que queria dizer. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente em exercício da Mesa, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público eventualmente presente, comunicação social, bem como pessoal de apoio. Queria dizer que este foi um tema que já foi objeto de muitas considerações, de muitas reflexões, de muitos contributos, certamente que uma matéria que tem sido objeto de muito estudo e de muita análise até de alguns estudos científicos, antes disso, como não apresentei a proposta no início da mesma, vou fazer agora algumas considerações. Por isso, sobre esta mesma proposta, provavelmente algumas das considerações feitas já não fariam sentido, ainda assim, queria dizer o seguinte: -----

A demografia, como sabem, é um problema crítico para muitos Países, particularmente na Europa, e Portugal também se encontra com grandes desafios demográficos. É verdade que outros Países já tiveram esses mesmos desafios, sobretudo os Países do Norte da Europa, que, como sabem, têm desafios exigentes de demografia e têm hoje políticas ajustadas à situação demográfica. Portanto, a sua resposta, a sua vivência, a sua organização já tem e leva em linha de conta aquilo que são os desenvolvimentos e a evolução demográfica. Deixem que partilhe com vossas excelências que os Países que enfrentam mais desafios demográficos, são, curiosamente, os Países mais ricos, os Países que têm um poder de compra per capita mais elevado, estou-me a reportar necessariamente aos Países do Norte Europa, da Alemanha, Áustria e outros Países. Portanto, é curioso e, se calhar, nós também já percebemos que curiosamente estão menos predispostos ao aumento da natalidade, sendo que tal é notório nos agregados familiares com mais rendimentos do que aqueles que têm menos rendimentos, também não deixa de ser curioso. E, portanto, significa que queria daqui retirar uma conclusão, a questão do rendimento não é única, o único elemento e o único fator para tomar uma decisão para ser pai e mãe não é o único elemento, sabemos todos, curiosamente todos nós que estamos aqui, por ventura temos na nossa família pessoas que têm condições económico financeiras bastantes mais elevadas e curiosamente não têm filhos, é curioso! -----

Eu acredito muito mais que a mudança relativamente a estas questões é uma mudança de pensamento, é uma mudança que tem a ver com a nossa conceção de vida, porque nós estamos muito concentrados no hedonismo, na autossatisfação, na autorrealização, naquilo que tem a ver com os nossos propósitos profissionais individuais e pensamos menos na questão da família, na questão da perpetuação do ser humano e, portanto, tem a ver com isso. Ainda assim, entendo que não podemos desistir e que temos que ter políticas amigas da natalidade e essas políticas amigas da natalidade são, enfim, o portfólio é muito alargado com certeza. O Estado tem tomado decisões, na minha perspetiva, acertadas, o último Governo fê-lo, espero que este Governo continue na mesma e estamos a falar de questões relacionadas com abono de família, com as creches gratuitas, com a escola pública, com um conjunto de apoios que existem para as famílias e que naturalmente são fundamentais para que efetivamente as famílias possam ter condições mínimas para poderem exercer a paternidade adequadamente. Também é importante que aquilo que é a tentativa de conciliação da dimensão familiar e da dimensão profissional, seja progressivamente melhorada naquilo que são os enquadramentos normativos laborais dos contratos de trabalho, da legislação laboral, isso é muito importante sobretudo para garantir que os pais, mas particularmente as mães, temos que o dizer de forma clara que devem ter aqui uma atenção muito particular por razões absolutamente evidentes que devem ser, quer na gestação, quer depois nos primeiros anos de vida das crianças, devem ter aqui uma atenção particular, sobretudo para poderem exercer a maternidade nas suas dimensões adequadas. -----

Esta proposta que aqui nós deixamos hoje, vem alinhada com muitas outras propostas que existem noutros concelhos. É verdade que a expectativa não é de que nós, por causa do Regulamento, tenhamos uma mudança, uma revolução ou uma inversão da tendência da natalidade, porque sabemos todos hoje,



nos dias de hoje em Chaves e numa parte dos Concelhos do País com uma incidência maior nos Municípios do interior, o que nós temos, é um saldo natural negativo, nós sabemos hoje que nascem muito menos crianças do que os adultos que morrem anualmente. Queria dizer sobre isto uma coisa, este é um desafio, e se falávamos há pouco do desafio da paz, o desafio da demografia também é importante não só para Chaves, existem Concelhos em que nascem, hoje, vinte e quatro, vinte, dezoito, crianças não muito longe daqui, isso é um desafio grande, mesmo que no Concelho de Chaves nasçam duzentas e cinquenta, é claramente uma preocupação crescente e, portanto, entendemos fazer esta proposta. ---- Queria, neste particular, corrigir a intervenção do membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, porque não disse verdade, vou repetir novamente, queria corrigir a intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, porque não disse verdade. Eu vou falar verdade, vou contar a história toda para que não fique aqui nenhuma dúvida, porque são afirmações feitas de forma descontextualizada. O PS não votou contra, os Membros eleitos pelo Partido Socialista não votaram contra, o que aconteceu, foi a proposta que foi apresentada na Câmara, era só uma ideia, não era proposta, era uma ideia que não tinha fundamentos e não tinha proposta de Regulamento e o que se fez, foi fazer descer essa ideia para que fosse apresentada uma proposta, uma proposta com Regulamento porque o que foi apresentado foi apenas uma ideia e o que o Partido Socialista fez, foi apresentar uma proposta com Regulamento, e no momento em que foi votada, foi votada, porque estava conforme e tinha todos os pressupostos para ser aprovada, a outra não foi aprovada porque não era Regulamento e não era proposta. Fez-se descer para que pudesse ser melhorada e ser aperfeiçoada porquê?! Porque, como compreenderão, uma coisa é uma ideia, outra coisa é uma proposta, outra coisa é uma minuta de Regulamento, são coisas distintas como compreenderão e dizendo, naturalmente, que a proposta do Partido Socialista tem aspetos distintos daquela que era do Partido Social Democrata, dizendo que podia haver aspetos que pudessem ser coincidentes, a verdade é que na sua formulação, ela é substancialmente diferente, até porque a do PS está explicitada e, perdoem-me que lhes diga, hoje todos os Municípios aproveitam muitas ideias uns dos outros faz-se a reflexão sobre cada uma delas, e depois de fazer um ajustamento, faz-se uma formulação concreta. Foi isso que foi feito e foi isso que foi aprovado e depois também queria dizer outra coisa, é que a ideia antes de ser apresentada na Câmara, foi apresentada na comunicação social e, portanto, nós tivemos conhecimento que o PSD ia apresentar uma ideia na Câmara depois de ter sido apresentada na comunicação social. Considero que estas matérias devem ser apresentadas primeiro na Câmara e depois dar nota à comunicação social. Muito obrigado. -----

António José dos Santos, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

DIREITO DE RESPOSTA -----

O que eu quero dizer, é que vou inteirar-me bem desta situação, eu gosto realmente, quando me confrontam com uma situação e confrontou-me, verificar aquilo que eu disse e aquilo que o senhor Presidente disse e depois direi alguma coisa quando tiver a certeza das coisas. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Reitero cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente em exercício, à senhora Secretária, aos senhores Vereadores e aos distintos Membros desta Assembleia Municipal. Penso que a Assembleia já conhece verdadeiramente a minha forma de ser e de estar e a do senhor Membro desta Assembleia, queria, sobre isso, dizer o seguinte, se, efetivamente, não sabia, não afirmava, se queria inteirar-se, inteirava-se antes não depois e, portanto, vir fazer afirmações sem ter a certeza e depois vem aqui dizer em defesa que se vai inteirar a seguir, eu acho que devia ter feito o trabalho de casa que não fez. -----

António José dos Santos, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Estes assuntos têm que ser tratados com seriedade e eu sou sério, eu admito e disse-o aqui que me possa ter enganado, porque o engano é próprio do ser humano e eu admito que me possa ter enganado, que posso estar equivocado e, portanto, vou realmente saber isso e depois se me enganei vou pedir-lhe desculpa e se realmente eu tiver razão depois cá estarei para conversar com o senhor Presidente. Agora, não faz sentido continuar com esta conversa de saber se sim se não, eu vou inteirar-me, porque eu às



vezes erro, erro muitas vezes, admito que erro muitas vezes e oxalá que erre muitas vezes no futuro, é bom sinal. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Reitero cumprimentos à Mesa ao senhor Presidente em exercício, à senhora Secretária, também aos senhores Vereadores, aos distintos Membros desta Assembleia Municipal, pessoal de apoio e à comunicação social. -----

Queria só dizer o seguinte, não é preciso afirmar-se que se é sério, que se é verdadeiramente sério, só se é sério nas intervenções, nas ações, nos comportamentos, na forma como se comunica, como se interage com os outros, mas não é uma questão de seriedade que está em causa, porque se repararem não disse que não era sério, eu nunca questioneei a sua seriedade, o que disse é que antes de fazer afirmações sobre determinadas questões relevantes devia ter preparado a sua intervenção e devia ter tido o cuidado de fazer a consulta dos documentos, a leitura dos mesmos, para perceber uma coisa essencial, porque é assim que devia ser, e a verdade. Portanto, o que eu lhe digo, é, qualquer intervenção deve ser preparada, designadamente esta e, portanto, para quem é docente, para quem é professor, para quem é educador, fica-lhe muito mal esse tipo de intervenções e esse tipo de considerações sinceramente eu acho que deve repensar a sua intervenção. -----

Penso que todos os Membros desta Assembleia Municipal, não me ouviram dizer qualquer questionamento sobre seriedade, nunca o fiz, e sobre indignidade fiz alguma consideração?! A única coisa que disse e reitero, é que não falou verdade, é que quando se fazem intervenções, têm que ser melhor preparadas, só isto. Foi o que eu disse. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 4 - APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DAS MINUTAS DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO CONJUNTO DE BENS, IMÓVEIS E TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO, MINUTAS DE ADITAMENTO AOS CONTRATOS CELEBRADOS EM 2011 E MINUTA DE ACORDO DE REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 1996, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. PROPOSTA N.º 52/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa em exercício, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social e pessoal de apoio. Naturalmente os senhores Membros desta Assembleia Municipal estar-se-ão a perguntar o porquê de uma submissão para pronúncia de deliberação relativamente a uma matéria que já foi objeto de deliberação por parte deste Órgão, presumo que na última sessão de 26 de abril. -----

Pois bem, a motivação e a fundamentação para a submissão novamente a este Órgão na sequência de deliberação tomada em reunião de Câmara, foi porque o IP veio em momento superveniente suscitar algumas correções de pormenor. As correções estão aí identificadas, mas, sobretudo, fazer uma expurgação de uma referência a um protocolo de 1996 e, portanto, estas são as motivações subjacentes ao texto destes contratos, destas minutas que permitirão, como eu disse antes, que o Município possa ficar na posição de subconcessionário e possa continuar a poder exercer os seus poderes designadamente neste espaço. Como sabem, é um dos que está incluído no contrato de subconcessão também aqui o edifício lateral, também o apeadeiro onde é que está agora a Sociedade Columbófila também onde é que está, neste momento, o Balneário Pedagógico de Vidago, as três estações que existem ao longo das vias, o canal ferroviário, dizer que com a celebração deste contrato vai- nos permitir, por exemplo, fazer a submissão de uma candidatura que nos permita reabilitar as duas estações que ficam na antiga via ferroviária do Corgo. Estou a falar da estação de Redial (Vilela do Tâmega), de Vilarinho das Paranhos, que estão como sabem numa situação bem degradada e nós gostaríamos muito de as poder integrar na oferta turística do Concelho. E, portanto, pedia, naturalmente, a aprovação, a proposta procura ser a mais detalhada e o mais explícita possível, os contratos foram também apensos e, portanto, têm toda a informação para poderem pronunciar-se com toda a informação, mas se houver



ainda alguma questão, algum esclarecimento suplementar, naturalmente estarei disponível para o prestar. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e seis votos a favor e uma abstenção -----

PONTO 5 – APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2023. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 25/DGF/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Estes documentos de Prestação de Contas Consolidadas encerram em si a agregação relativamente à Prestação de Contas que foi discutida e apreciada durante o mês de abril, é a consolidação. Portanto a integração daquilo que são o conjunto de Entidades que têm que ser agregadas e que estão no perímetro de consolidação, estou a falar necessariamente da Gestão dos Equipamentos do Município de Chaves, da APEPAT, da FLAVIFOMENTO, da Vidagus Termas, da Procentro e estou a falar de EHATB, estas são as empresas que têm que consolidar sob ponto de vista patrimonial e sob o ponto de vista económico ou financeiro para que a conta seja uma conta final. -----

Como perceberam dos documentos que foram apresentados bem como também da proposta, esta consolidação não tem qualquer impacto negativo, aliás, em sentido contrário do ponto de vista patrimonial e económico e, portanto, o que eu peço que possam votar favoravelmente esta Prestação de Contas, que evidencia um caminho de sustentabilidade, de afirmação e de bom desempenho. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e dois votos a favor e treze abstenções de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brígide Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho, José Carlos Carvalho Fernandes e Nuno Miguel Claro da Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Maria Ramos Rodrigues. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José de Sena Barros, de São Pedro de Agostém - Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, em representação da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – Bruno Alexandre Barroso Silva, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----



Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Gilberto Gomes Alves e Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes nove membros deste Órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Júlio Eliseu dos Anjos Alves e Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues. ----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, em representação de Lama de Arcos – Francisco Luís Ramos Morais, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro. -----

PONTO 6 - PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS DE TERCEIROS AO MUNICÍPIO PROVENIENTES DE TAXAS E OUTROS TRIBUTOS – PRESCRIÇÃO – REGIME GERAL DE TAXAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 23/DGF/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 7 - DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. PROPOSTA N.º 62/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA N.º 64/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 9 - 1.ª ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA N.º 61/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público, se, aqui presente, comunicação social e estrutura de apoio. Esta é uma adenda ao Auto de Transferência de Competências que foi feita pela Autarquia em matéria de saúde. Esta adenda resulta da circunstância de existir um compromisso relativamente à transferência de viaturas elétricas para os Municípios, o mesmo foi objeto de negociação ou pelo menos de discussão em momento prévio à transferência de competências. -----

Portanto, o que se pretende aqui é aditar ao Auto que foi feito em 2023, o número seis, de cinco viaturas elétricas que serão posteriormente alocadas aos três Centros de Saúde, ao Centro de Saúde Chaves 1, Centro de Saúde Chaves 2 e ao Centro de Saúde de Vidago. Portanto, são duas viaturas para cada um dos Centros de Saúde de Chaves e uma viatura elétrica para o Centro de Saúde de Vidago. O Município de Chaves já teve a oportunidade de colocar carregadores em cada um desses edifícios para que elas possam operar. Como sabem, as viaturas que estão afetadas à saúde têm todas elas um desgaste muito



assinalável, existindo viaturas afetas à atividade dos Centros de Saúde que têm quatrocentos, quinhentos, seiscentos ou setecentos mil quilómetros e, portanto, este contributo e a aquisição destas cinco viaturas vai certamente melhorar a capacidade de resposta, sendo certo que algumas das viaturas que existem, vão ser descontinuadas e serão abatidas. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL. QUADRO SÍNTESE DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS. MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. PROPOSTA N.º 48/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e demais presentes. Como sabem foi iniciado um processo de transferência de competências para as Freguesias, um processo que decorre do enquadramento da Lei 50/2018 e dos respetivos Diplomas Setoriais e o que se pretende é, em matérias que estão enunciadas como sendo passíveis de transferência de competências para as Freguesias, nós possamos encetar um processo negocial com as mesmas. Tem sido um processo laborioso, um processo que tem permitido discutir de forma concertada com as Freguesias que têm manifestado o seu entendimento. -----

Portanto, o que nós trazemos hoje aqui, de forma supletiva relativamente à que veio já na Assembleia Municipal de abril, é uma proposta que tem duas dimensões, a primeira dimensão visa corrigir erros materiais que a proposta anterior tinha, designadamente quanto às referências para as alíneas correspondentes às competências objeto de delegação e depois agregar, juntar mais um conjunto de Freguesias que manifestaram aceitar, de acordo com uma opção, inteiramente livre, algumas competências, estando enunciadas na respetiva proposta. Portanto, neste momento, temos mais vinte e três Freguesias que manifestaram a adesão desta forma, o que significa que, com esta e com aquela que teremos oportunidade de discutir já a seguir, que é a Freguesia de Sanfins, estaremos com um processo negocial fechado nesta dimensão instrutória com trinta e sete das trinta e nove Freguesias, ficará depois para fechar Santa Maria Maior e a União de Freguesias de Vidago, Arcossó, Vilarinho das Paranheiras e Selhariz. Fá-lo-emos, com certeza, em breve, porque são Freguesias que têm uns detalhes para acertar. Quero terminar, agradecendo e reconhecendo a postura e a forma como os senhores e senhoras Presidentes de Junta têm conduzido estes processos, com muita elevação e, claro, com um grande sentido de defesa dos interesses das suas Freguesias, mas sempre de uma forma muito cordata e muito colaborativa e, portanto, o que eu, naturalmente, pedia é que os senhores Membros desta Assembleia Municipal pudessem votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Muito obrigada, senhor Presidente, na sua pessoa e na pessoa do senhor Presidente da Câmara reitero a todos os meus cumprimentos, dizer que esta intervenção reporta não só especificamente a este Ponto 10, mas também ao Ponto 11, uma vez que estamos a falar em ambos da aceitação e da delegação e transferência de competências. O Partido Socialista quer de forma muito efusiva saudar estes acordos alcançados, esta aceitação expressa pelas senhoras e senhores Presidentes de Junta, eles são resultado, certamente, de muito diálogo, de muita concertação, diálogo e concertação esses que foram estabelecidos com um interesse cimeiro, senão mesmo, único do serviço público que prestam e do bem-estar das populações que representam. -----

As Freguesias são o rosto humano do poder local, são importantes agentes de desenvolvimento, a descentralização e a redistribuição de competências representam o reforço da autonomia local na qual nos revemos inteiramente, reforçando a proximidade, combatendo os riscos e os prejuízos da condição, tantas vezes, de território periférico ou ultraperiférico, estamos certamente a assegurar uma maior coesão territorial. As Freguesias fomentam a qualidade de vida dos cidadãos e fá-lo-ão melhor quanto mais



próximo e de forma mais direta o fizerem, de salientar também a iniciativa e o desempenho, permitam-me, do Partido Socialista nestes últimos anos nestas matérias de reforço do poder local não só neste particular da descentralização e da delegação e transferência de competências, mas também no reforço e na valorização do estatuto do eleito local, tendo permitido a generalização da possibilidade do exercício a meio tempo, assegurando o Orçamento do Estado a respetiva remuneração, prevendo também a possibilidade, inédita, das Freguesias serem elegíveis para Fundos Comunitários. -----

É importante salientar do ponto de vista político, e permitam-me que o faça, mas é o Partido Socialista que aqui represento e estes são resultados de políticas e de decisões tomadas pelo Partido Socialista, valorizar as Freguesias é valorizar o território e, por isso, damos os parabéns à democracia de proximidade e a quem a protagoniza com diálogo e com elevação, valorizar o poder local é afirmar Abril, é afirmar a democracia e estão, por isso, todos os envolvidos de parabéns, o Partido Socialista votará. Obviamente, a favor desta proposta. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL. QUADRO SÍNTESE DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS. MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. PROPOSTA N.º 58/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 - ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES – ALTERAÇÃO E AFETAÇÃO/REAFETAÇÃO DOS TRABALHADORES AO MAPA DE PESSOAL. DESPACHO N.º 35/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público presente, comunicação social e estrutura de apoio. A motivação desta proposta encontra-se relacionada com a necessidade de levar a cabo uma adequação e uma afetação relacionada com a alteração recente da Estrutura Orgânica do Município. -----

Portanto, com a alteração da Estrutura Orgânica e com a alteração das Unidades de Primeiro, de Segundo e Terceiro Grau houve a necessidade, agora, relativamente aos postos de trabalho, à forma como estão afetos relativamente a cada uma dessas Unidades de primeiro, segundo e terceiro Graus. O que se propõe aqui, é uma afetação, habitualmente concretizada durante o mês de dezembro conjuntamente com os Documentos Previsionais. Nesse sentido, o quadro apresenta a forma como os Recursos Humanos nas diferentes carreiras, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais e Dirigentes se arrumam por cada uma das Unidades e os postos de trabalho existentes, quer os que estão preenchidos, quer por preencher, portanto, é esta a arrumação para que haja uma distribuição e uma afetação. Esta proposta podia vir em dezembro, mas a verdade, desta forma, fica já conforme e até para os próprios funcionários, para o conhecimento da forma como se mobilizam e como se afetam os trabalhadores, é mais clara. Obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 - ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO. PROPOSTA N.º 55/GAPV/2024; ---

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente e à Mesa, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e demais presentes. Esta é uma explicitação que merece ser dada para que se perceba a motivação e a razão de submissão, apreciação e decisão por parte deste Órgão desta proposta. Como sabem, os dirigentes municipais, os de âmbito Nacional,



Regional e Local, têm não só uma remuneração, mas também têm a possibilidade de ter um suplemento remuneratório, e esse suplemento remuneratório, pago doze vezes por ano, para efeito de despesas de representação. -----

A Legislação Nacional tem aqui uma diferente formulação, enquanto que aos Dirigentes Nacionais e Regionais essas despesas de representação decorrem diretamente da Lei sem nenhuma necessidade de tomar nenhuma decisão por parte de nenhum Órgão do Estado ou da Administração Central, relativamente aos Municípios, às Autarquias Locais, melhor dito, porque existem freguesias que também têm dirigentes, portanto, relativamente às Autarquias Locais, Municípios e Freguesias, é fundamental e é necessário, para que os dirigentes possam receber esta remuneração suplementar, estas despesas de representação, tem que se objeto de deliberação dos Órgãos Executivo e Deliberativo, sendo que isso sempre aconteceu no Município de Chaves. Importa, agora, em resultado daquilo que foi uma alteração orgânica e da circunstância de se terem criado novas Unidades Orgânicas e terem sido indicados e nomeados em Regime de Substituição novos Dirigentes para as Unidades novas que foram criadas, importa tomar novamente esta decisão para que ela possa ter os efeitos que já tinha no passado. E, portanto, o que eu proponho é que possam votar favorável a concessão de um subsídio de representação para o Diretor de Departamento de 314,59 euros e para o Chefe de Divisão 209,17 euros, sendo que os Dirigentes de Terceiro Grau não têm direito a receber nenhuma despesa de representação. -----

Não se registaram intervenções -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 14 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ECONOMIA/GESTÃO; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE PSICOLOGIA; 2 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL/ CIÊNCIAS SOCIAIS, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO EM VIGOR, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA ALOCAR AO PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL “CLDS 5G”. PROPOSTA N.º 53/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente e à Mesa, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, minhas senhoras, meus senhores, a razão de ser e a justificação desta proposta tem a ver com a circunstância do Município de Chaves se ter candidatado à criação de um CLDS de quinta geração e consequentemente à necessidade de prover de recursos humanos esse mesmo projeto. Esse projeto implica a alocação de dois Técnicos Superiores na área de Serviço Social Ciências Sociais, um Técnico Superior na área de Economia e Gestão que fará a gestão e a coordenação deste projeto e também um Técnico Superior na área de Psicologia. -----

O que se propõe, é que a Assembleia Municipal possa aprovar uma deliberação que permita o aditamento de quatro postos de trabalho de Técnicos Superiores para que este projeto possa ser desenvolvido. Devo também dizer que se trata de um projeto financiado por Fundos Comunitários, na dimensão de 85%. É um projeto que para o Município de Chaves é pertinente, porque vai, certamente, permitir gerar energias relativamente a outros projetos da área social, designadamente do Radar Social, mas também àquilo que têm sido as competências que o Município tem assumido em matéria de Segurança Social e que, como sabem, são crescentes e, por isso, também é uma forma de robustecer a capacidade do Município nas respostas sociais ao nível técnico. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO (CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º/2.º/3.º GRAU). PROPOSTA N.º 66/GAPV/2024; -----

02.36.00



O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor primeiro Secretário e senhora Secretária, digníssimos Vereadores e Vereadora, distintos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, público presente, minhas senhoras e meus senhores. A necessidade de promover a abertura dos procedimentos concursais que são dez, que aqui estão enunciados, dois para cargos de Direção Intermédia de Primeiro Grau e os restantes para cargos de Direção de Segundo e Terceiro Grau, leia-se Diretor de Departamento, Chefe de Divisão e Chefe de Unidade, tem a ver com a recente alteração da Estrutura Orgânica. Em resultado dessa alteração nas Unidades Orgânicas em que houve alterações porque foram extintas ou porque receberam uma configuração de competência de funções distintas, houve necessidade de fazer a indicação e a nomeação em regime de substituição. Existe uma imposição legal, que no prazo máximo de noventa dias temos que promover a abertura do processo de Procedimento Concurral para o provimento desses lugares. A Lei também exige que o Júri seja aprovado pela Assembleia Municipal e os Membros do Júri têm que ter determinados atributos e determinadas qualidades, não podem ter qualidade inferior ou grau inferior àqueles que estão a concurso. Portanto, significa que se for um concurso para Diretor de Departamento, o Júri tem que ser constituído por Diretores de Departamento ou superior ou então pessoas de reputado mérito. -----

Depois como perceberão, foram contactados diversos Dirigentes, um Diretor de Departamento da Câmara de Ribeira de Pena, um Diretor de Departamento da Câmara de Bragança, um Diretor de Departamento da Câmara de Vila Real, depois nas pessoas de reputado mérito temos aqui o Professor Doutor Ramiro Gonçalves e a Professora Doutora Maria José Alves, a mesma coisa para os restantes, dado que já existem Dirigentes com qualificação e Grau suficiente para as Unidades de Segundo e Terceiro Grau, sendo todos Dirigentes do Município de Chaves. -----

É uma proposta que naturalmente tem que ser sufragada por esta Assembleia Municipal e peço que o façam de forma positiva e no sentido favorável. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções -----

As votações da proposta em apreciação decorreram por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 3, do artigo 55.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

6.1 – Departamento de Administração Geral – cinquenta e nove votos a favor, oito votos contra e três votos em branco; -----

6.2 – Departamento de Desenvolvimento Económico e Financeiro – sessenta e um votos a favor, seis votos contra e três votos em branco; -----

6.3 – Divisão de Recursos Humanos – cinquenta e nove votos a favor, oito votos contra e três votos em branco; -----

6.4 – Divisão de Informática e Sistemas Inteligentes – sessenta e dois votos a favor, seis votos contra e dois votos em branco; -----

6.5 – Divisão de Contratação Pública – cinquenta e sete votos a favor, nove votos contra e quatro votos em branco; -----

6.6 – Divisão de Planeamento e Gestão de Financiamentos – cinquenta e nove votos a favor, oito votos contra e três votos em branco; -----

6.7 – Divisão de Desenvolvimento Económico – cinquenta e oito votos a favor, nove votos contra e três votos em branco; -----

6.8 – Unidade Flexível de 3º Grau de Protocolo e Comunicação – cinquenta e sete votos a favor, dez votos contra e três votos em branco; -----

6.9 - Unidade Flexível de 3º Grau de Infraestruturas e Energia – cinquenta e sete votos a favor, dez votos contra e três votos em branco; -----

6.10 - Unidade Flexível de 3º Grau de Ação Social e Saúde – cinquenta e oito votos a favor, nove votos contra e três votos em branco. -----

PONTO 16 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES. PROPOSTA N.º 51/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----



Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 - ANÁLISE DO 5º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE METALOME, LDA. - INFORMAÇÃO Nº17/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – ANÁLISE DO 1º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO INDUSTRIAL”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE MALLAT, LDA. - INFORMAÇÃO Nº18/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 19 - APRECIAÇÃO DOS 3.º E 4.º PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DOS 10.º E 11.º RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” DA SOCIEDADE “SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA.” – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº19/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e quatro votos a favor e uma abstenção -----

PONTO 20 - ANÁLISE DO 11.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. - INFORMAÇÃO Nº16/DDE/24, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 27/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e quatro votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 21 - LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA CARGAS E DESCARGAS – NA ALAMEDA DE TRAJANO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 279/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 372/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 22 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NAS LOCALIDADES DE VILARELHO DA RAIA, VILARINHO DA RAIA E VILA MEÃ – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - PROCESSO Nº 351/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 402/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO 23 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, NO ACESSO DA MORADIA COM O N.º 131 – NA AVENIDA DOM JOÃO I, NA FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, PROCESSO Nº 354/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 414/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NAS POVOAÇÕES DE OUCIDRES E VILAR DE ISEU, FREGUESIA DO PLANALTO DE MONFORTE, – PROCESSO Nº 319/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 392/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 21/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA EM 534, NA LOCALIDADE DA PASTORIA – FREGUESIA DE REDONDELO - PROCESSO Nº 355/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 416/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/05/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 26 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA ESTRADA DAS ANTAS, NA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, PROCESSO Nº 363/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 431/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/05/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, no uso da palavra, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal, disse: quero, em meu nome e da Mesa, agradecer o trabalho eficiente desta equipa que se predispôs a trabalhar connosco na resolução do processo desta votação muito complicada, agradecer também a todos os Membros desta Assembleia Municipal a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todas e a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vós. Obrigado. ----
De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Altamiro da Ressurreição Claro)

O Primeiro Secretário

(Anselmo José Martins)



O Segundo Secretário

(Cristina Maria Inocência Imaginário)

A Assistente Técnica

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

